

Qual é a diferença?

Estudo comparativo sobre as principais
diferenças doutrinárias entre a Igreja Católica
Apostólica Romana e as Igrejas Evangélicas

Rúben Couto

Praia da Vitória, Julho de 2019

Índice

Introdução	3
Pontos em comum	6
Principais diferenças	10
Extensão da autoridade bíblica	10
Sucessão apostólica	15
Suficiência da autoridade bíblica.....	20
Dogma da infalibilidade	26
Salvação	31
Sacramentos	38
Igreja	45
Maria.....	51
Purgatório.....	62
Imagens	69
Conclusão	76
Bibliografia	78

Introdução

Há algum tempo atrás, fui comprar capas para a Escola Bíblica Dominical da nossa igreja. Entrei na loja, pedi ajuda à pessoa que lá estava, escolhi as capas e preparei-me para pagar. Pedi-lhe um recibo em nome da igreja e apresentei-lhe o cartão de Pessoa Coletiva. A funcionária disse: “Ah! Isto é uma igreja diferente, não é? Qual é a diferença entre esta igreja e a normal?” Achei engraçado, sorri e disse-lhe que achava que a nossa igreja também era “normal”. Ela percebeu a piada e pediu desculpa. Aproveitei para referir algumas das diferenças mais evidentes, uma vez que não tinha tempo para mais. Fiquei, no entanto, a pensar na forma como esta pergunta é recorrente.

São inúmeras as vezes que, no momento em que dizemos que não somos católicos, mas sim membros de uma igreja Evangélica, nos perguntam qual é a diferença? Normalmente, perante esta compreensível questão, apresentamos as diferenças mais evidentes. Dizemos que nas nossas igrejas não temos imagens nem estátuas de santos, que não os veneramos, que não temos confissão auricular, que oramos diretamente a Deus, que procuramos seguir somente a Bíblia, etc. Normalmente não entramos em

Qual é a diferença?

mais detalhes teológicos ou doutrinários, por um lado porque quem perguntou pode não estar interessado e, por outro lado, porque nós também não temos o conhecimento necessário para ir mais além. Na realidade, o conhecimento que o cidadão comum tem sobre os aspetos doutrinários que diferenciam a igreja Católica das Evangélicas não é muito profundo.

Esta análise das diferenças entre a igreja Católica e as igrejas Evangélicas, que se encontra aqui compilada, serviu inicialmente como tema de estudo na Escola Bíblica Dominical da Igreja Baptista da Praia da Vitória, durante algumas semanas. Quando chegámos ao seu fim, entendemos que poderia ser útil disponibilizá-la para o público em geral.

Existem essencialmente dois propósitos com este trabalho. Em primeiro lugar, poderá ser útil para todos os crentes evangélicos, a fim de conhecerem com clareza aquilo que distingue as igrejas Evangélicas da Católica. Este conhecimento poderá ser de extrema importância quando nos deparamos com a pergunta mais frequente: “Qual é a diferença?” Em segundo lugar, esperamos que este trabalho possa ajudar não só a esclarecer aqueles que professam a fé católica como também a ser um iniciador de diálogo informado e honesto entre ambas as posições.

Qual é a diferença?

Importa ainda referir que existe, entre as igrejas Evangélicas, uma imensa variedade de tendências e sensibilidades doutrinárias. No entanto, apesar da enorme riqueza e variedade de igrejas e movimentos evangélicos, existem sólidos e firmes fundamentos comuns. O que procuraremos contrastar são exatamente estes fundamentos com as doutrinas defendidas pela igreja Católica, ressalvando-se que nem todas as igrejas Evangélicas partilharão exatamente das mesmas posições doutrinárias.

Ao longo dos capítulos deste estudo, procuraremos identificar as áreas doutrinárias de divergência, apresentando o ponto de vista da igreja Católica, a posição Evangélica e a fundamentação bíblica. Não se pretende que este trabalho seja tomado como algum tipo de ataque ou agressão, nomeadamente à igreja Católica, na medida em que forem expostos alguns pontos entendidos pelos evangélicos como inconsistentes com o registo bíblico. Pretende-se, isso sim, promover uma verdadeira e genuína pesquisa dos fundamentos bíblicos, para a fé e para a prática associadas a cada posição doutrinária.

Pontos em comum

Antes de iniciarmos o estudo sobre as diferenças, é importante referir que existem algumas doutrinas em comum. Ou seja, existem alguns pontos de fé que são semelhantes entre a igreja Católica e as igrejas Evangélicas. Apesar de existirem, em cada uma destas áreas, doutrinas diferentes, no seu fundamental, algumas coisas são comuns. De seguida encontram-se indicadas essas áreas.

Revelação

Ambas as igrejas apresentam a Bíblia como sendo a Palavra de Deus, entendendo que foi através dela que Deus realizou a sua revelação ao Homem. Aquilo que se pode conhecer de Deus, é porque Ele próprio o revelou - II Timóteo 3:16-17 - *“Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça; Para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra.”*

Deus

Ambas as igrejas defendem que Deus é um só (monoteísmo) e apresentam-no como triuno – três pessoas que subsistem num só Deus (Mateus 3:13-17,

Qual é a diferença?

Tito 3:4-6; Mateus 28:19). Ambas acreditam que Deus é o Criador e Sustentador de tudo o que existe. Além disso, também é comum o ensino sobre as características e atributos de Deus, tais como: eternidade, auto existência, onnipotência, onnipresença, omnisciência, imutabilidade, amor, justiça, graça, misericórdia, etc. – Tiago 1:17 - *“Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação.”*

Humanidade

Ambas as igrejas acreditam da mesma forma sobre a origem do Homem (criado à semelhança de Deus) – Gênesis 1:26 - *“E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.”*, a sua natureza (física e espiritual, a qual é imortal) e o seu estado (caído, por causa do pecado). Além disso, é comum a crença sobre a natureza, gravidade e consequências do pecado – Romanos 3:23 - *“Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus”*.

Qual é a diferença?

Jesus Cristo

Tanto as igrejas Evangélicas como a Católica acreditam que Jesus Cristo é a encarnação do próprio Deus, sendo o Seu Filho Eterno – João 1:14 - *“E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade”*. Também acreditam que Jesus manteve a sua completa divindade, bem como a sua perfeita humanidade - João 8:58 - *“Disse-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que antes que Abraão existisse, eu sou.”*, Filipenses 2:6-8 - *“Que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus, mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens; E, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte, e morte de cruz.”*. Acreditam na sua ressurreição, ao terceiro dia, e esperam a sua segunda vinda, reconhecendo-o e declarando-o como Senhor e Salvador.

Ética

Os valores éticos e morais são, na sua essência, os mesmos. A lei do amor é valorizada e é defendido o valor da vida e da moralidade. A ética e a moralidade são entendidas como absolutas e essenciais, porque derivam de Deus – Gálatas 5:22-23 - *“Mas o fruto do Espírito é: amor, gozo, paz,*

Qual é a diferença?

longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. Contra estas coisas não há lei.”

Últimas coisas

Vários elementos relativos às últimas coisas são comuns a ambas as igrejas. O julgamento, a existência do céu, a existência do inferno, a expectativa de segunda vinda de Cristo, a certeza da ressurreição dos mortos e o fim do mundo como é conhecido hoje, são comuns a ambas as doutrinas (I Tessalonicenses 4:13-18).

Estes pontos representam um resumo de áreas doutrinárias em comum, entre as igrejas Evangélicas e a igreja Católica. Naturalmente, em relação a cada um destes pontos, as semelhanças subsistem somente num nível muito superficial. Ou seja, à medida que cada uma destas doutrinas é aprofundada, deparamo-nos com crescentes diferenças doutrinárias. Nos capítulos seguintes, vamo-nos debruçar mais em detalhe sobre os elementos distintivos entre ambas as igrejas.

Principais diferenças

Depois de uma breve referência a alguns pontos comuns entre ambas as doutrinas, iremos analisar com mais detalhe as principais diferenças doutrinárias entre a doutrina Evangélica e a Católica.

Extensão da autoridade bíblica

As igrejas Evangélicas defendem a seguinte afirmação: “A Bíblia é a única regra de fé e prática”. Embora, na prática, algumas acabem por orientar a sua prática por outros critérios além da Bíblia, na sua essência, esta afirmação faz todo o sentido. Quando comparamos a Bíblia da igreja Católica com as usadas pelas igrejas Evangélicas, verificamos o seguinte:

a) A linguagem utilizada é diferente, porque, além de tradutores diferentes, a origem da versão portuguesa que usamos é diferente. A Bíblia Católica resulta de uma tradução da versão chamada “Vulgata” (em latim), a qual, por sua vez era uma tradução das línguas originais. Uma grande parte das versões que as igrejas Evangélicas usam, resulta da

Qual é a diferença?

tradução direta dos textos originais (Hebraico, Aramaico e Grego).

b) Apesar das diferenças de linguagem, acima referidas, o sentido dos textos é, basicamente, o mesmo.

c) Os livros que compõem o Novo Testamento são exatamente os mesmos, em ambas as Bíblias.

d) No Antigo Testamento, a Bíblia Católica apresenta 7 livros e 4 partes de outros, para além dos 39 livros que constam na Bíblia que as igrejas Evangélica usam.

Para prosseguirmos este estudo, precisamos definir algumas palavras. Em primeiro lugar, a palavra “cânon”. Esta palavra vem da língua grega e significa “régua” ou “nível”. É usada para indicar coisas que se encontram “em pé de igualdade”, normalizadas, de acordo com o mesmo nível. Esta palavra é usada para os livros da Bíblia que aceitamos como inspirados por Deus. As igrejas Evangélicas afirmam que existem 39 livros canónicos no Antigo Testamento e 27 no cânon do Novo Testamento.

Outra palavra importante é “apócrifo”. Este termo também vem do grego e significa “sem autenticidade” ou “cuja autenticidade não se provou”. As igrejas Evangélicas designam os livros e porções que se encontram adicionados ao Antigo Testamento da Bíblia Católica de textos apócrifos. Ou seja, não

Qual é a diferença?

reconhecemos autoridade divina naqueles livros, por não acreditarmos que tenham sido inspirados por Deus. Esta é a sua relação completa:

I e II (ou III e IV) de Esdras;

Tobias;

Judite;

Adições ao livro de Ester;

Sabedoria de Salomão;

Eclesiástico;

Baruque;

Adição à História de Daniel: O cântico dos três jovens: destinada a ser intercalada no livro de Daniel.

A história de Suzana: acréscimo ao livro de Daniel.

Bel e o dragão: Outra história introduzida no livro canónico de Daniel.

Oração de Manassés, rei de Judá quando esteve cativo na Babilónia.

I, II, II e IV Livros dos Macabeus.

A igreja Católica designa estes livros de “deuterocanónicos”, ou seja, são livros bíblicos que só num segundo momento é que foram considerados como canónicos. Os outros (iguais aos que as igrejas Evangélicas usam) são chamados de “protocanónicos”, porque foram reconhecidos como inspirados por Deus em primeiro lugar. Esta distinção acontece, porque os livros designados como deuterocanónicos, apesar de alguns constarem numa

Qual é a diferença?

versão grega do A.T. chamada Septuaginta (séc. III a.C.), só foram aceites como autoridade bíblica, pela igreja Católica, no Concílio de Trento, em Itália, em 1546 d.C.

Acredita-se que o Antigo Testamento foi reunido por Esdras, por volta do ano 445 a.C., sendo constituído pelos mesmos livros que as Bíblias Judaicas ainda contêm, nos nossos dias. Este foi o cânon que Jesus e os primeiros discípulos conheceram e usaram. Este é o mesmo cânon que as igrejas Evangélicas usam e reconhecem como sendo inspirado por Deus. Isto porque, depois do livro de Malaquias, decorreu um período de cerca de 400 anos (após a constituição do Antigo Testamento), em que não existiu profeta que pregasse em nome de Deus. Este “silêncio divino” de cerca de 400 anos só é quebrado por João Baptista, já no tempo de Jesus, preparando-Lhe o caminho.

A igreja Católica defende que os livros deuterocanónicos (apócrifos para os evangélicos) foram escritos no período entre Malaquias e João Baptista. Assim, não foram escritos por Profetas de Deus, mas sim por outras pessoas (ex: historiadores). Em relação a alguns livros e porções, além desse facto, existem dúvidas quanto à sua autenticidade e data de escrita. Por outro lado, a mensagem que contêm não acrescenta revelação relevante, por

Qual é a diferença?

exemplo, em relação ao Messias. Em vez disso, introduzem elementos contrários ao todo da restante revelação bíblica. Por exemplo, em II Macabeus 12:46, lê-se “*eis por que ele pediu um sacrifício expiatório para que os mortos fossem livres de suas faltas.*”, dando a entender que os mortos estão em algum lugar ou estado onde se podem “livrar” dos seus pecados (ex: purgatório) e que as ações dos vivos (ex: serviços religiosos, ofertas, sacrifícios, etc.) podem interferir nesse processo. Este ensino não é sustentado em qualquer outro lugar do cânon bíblico que foi reconhecido como inspirado por Deus, pela própria igreja Católica, até ao séc. XVI nem naquele que, ainda hoje, as igrejas Evangélicas defendem como inspirado.

Sucessão apostólica

Depois de analisada a extensão da autoridade bíblica, referindo a posição das igrejas Evangélicas em relação aos livros apócrifos (AT), interessa estudar o ponto da “suficiência da autoridade bíblica”. Isto é, as igrejas Evangélicas defendem que a Bíblia é suficiente para toda a matéria de fé e prática, enquanto que a igreja Católica afirma que, a par das Escrituras, a Tradição da Igreja tem igual autoridade. No entanto, antes disto, importa verificar um outro ponto que contribuirá para a própria compreensão da posição da igreja Católica quanto à autoridade da Tradição. Trata-se da “sucessão apostólica”.

De forma resumida, a sucessão apostólica é doutrina que defende que os atuais líderes da igreja Católica são sucessores dos Apóstolos iniciais e, desta forma, têm o mesmo tipo de autoridade daqueles. É com base neste pressuposto que a Tradição é considerada como tendo autoridade divina. Isto porque, a Tradição é o resultado do ensino (magistério) da igreja Católica e tem autoridade porque é proferida e ensinada por Apóstolos com a mesma autoridade que, por exemplo, o Apóstolo Paulo teve.

Qual é a diferença?

No artigo 77 do “Catecismo da Igreja Católica¹” lê-se o seguinte: *“Para que o Evangelho fosse perenemente conservado íntegro e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram os bispos como seus sucessores, ‘entregando-lhes o seu próprio ofício de magistério’². Com efeito, ‘a pregação apostólica, que se exprime de modo especial nos livros inspirados, devia conservar-se, por uma sucessão ininterrupta, até à consumação dos tempos’³.”* Este próprio catecismo é a expressão escrita de parte da Tradição defendida pela igreja Católica e foi publicado ao abrigo da doutrina da sucessão apostólica. Citando palavras do Papa João Paulo II, *“O Catecismo da Igreja Católica, que aprovei no passado dia 25 de Junho e cuja publicação hoje ordeno em virtude da autoridade apostólica, é uma exposição da fé da Igreja e da doutrina católica (...)”⁴*

O resultado imediato desta doutrina da sucessão apostólica e consequente defesa da autoridade apostólica dos atuais líderes é, conforme

1 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, pg.38.

2 II Concílio do Vaticano, Const. Dogm. *Dei Verbum*, 7: AAS 58 (1966) 820.

3 II Concílio do Vaticano, Const. Dogm. *Dei Verbum*, 8: AAS 58 (1966) 821.

4 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, pg.15.

Qual é a diferença?

se encontra nos artigos 76 e 82 do referido Catecismo, o valor e a autoridade da Tradição da igreja: “*Esta transmissão viva, realizada pelo Espírito Santo, denomina-se Tradição (...)*”⁵ e “*(...) Por isso, ambas (Sagradas Escrituras e Tradição) devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência.*”⁶ Abordaremos com mais profundidade este tema no próximo capítulo.

Apesar de existirem várias igrejas Evangélicas cuja liderança se baseia num sistema apostólico, todas elas rejeitam a ideia de que o nível de autoridade destes seja equiparado ao dos Apóstolos iniciais, escolhidos por Jesus. Assim, não defendem a posição de que o ensino proferido pelos atuais apóstolos possa ser inspirado por Deus, na mesma medida em que a Sua revelação escrita (Bíblia) o é.

Por que razão, então, a maioria das igrejas Evangélicas rejeita a doutrina da sucessão apostólica nestes termos? Existem várias evidências bíblicas que nos mostram que a função apostólica, enquanto ministério de autoridade e revelação divina, não continuou para além dos primeiros Apóstolos.

5 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, pg.38.

6 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, pg.39.

Qual é a diferença?

Um dos textos mais claros sobre a inexistência de sucessão apostólica nestes termos é, curiosamente, o texto que se refere à escolha de um apóstolo para suceder Judas. Em Atos 1:21-22 - *“É necessário, pois, que, dos homens que conviveram connosco todo o tempo em que o Senhor Jesus entrou e saiu dentre nós,*

Começando desde o batismo de João até ao dia em que de entre nós foi recebido em cima, um deles se faça connosco testemunha da sua ressurreição.”, os discípulos indicaram os critérios que alguém deveria satisfazer para poder substituir Judas. Estes critérios eram os seguintes:

1 – Tinha que ter convivido com os outros apóstolos, durante todo o tempo em que Jesus tinha andando entre eles;

2 – Tinha que ter sido testemunha do batismo de Jesus, por João Baptista;

3 – Tinha que ter sido testemunha de todos os eventos públicos da vida de Jesus, até à sua ressurreição;

4 – Tinha que ter sido testemunha da ascensão de Jesus, aos céus.

Como fica evidente, depois de aqueles apóstolos terem morrido, deixaram de existir pessoas que satisfaziam estas condições de forma cumulativa. Depois destes, encontramos um outro apóstolo, que

Qual é a diferença?

foi Paulo. Mas, ele próprio tinha a consciência de que tinha sido o último a quem Jesus tinha aparecido e, assim, considerava-se como que “*abortivo*”, ou seja, “*fora de tempo*” (I Coríntios 9:1; 15:8).

Além destas evidências bíblicas, verificamos que a autoridade apostólica era confirmada por sinais e milagres sobrenaturais (II Coríntios 12:12; Hebreus 2:3-4). E, apesar de Deus continuar a operar maravilhas e milagres, a realidade é que a mensagem já não necessita desse tipo de confirmação, por já ter sido devidamente confirmada e registada.

Finalmente, resta referir que, tanto ao longo da História, como hoje, continuam a existir “apóstolos”, no sentido que a própria palavra encerra. Ou seja, pessoas “enviadas”, como missionários e evangelistas. Todavia, sem que exista a “autoridade apostólica”, para revelação divina, como aconteceu com os primeiros apóstolos que deixaram já estabelecido o alicerce para a nossa fé e prática - Efésios 2:20 - “*Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, de que Jesus Cristo é a principal pedra da esquina*”.

Suficiência da autoridade bíblica

Depois de estudarmos sobre a doutrina da sucessão apostólica, podemos entender melhor uma das diferenças mais importantes, senão a mais importante, entre as igrejas Evangélicas e a Católica. Trata-se de considerar se a Bíblia, só por si, é suficiente como revelação e autoridade divina ou se é necessário mais algum tipo de documento.

Neste ponto, a igreja Católica entende que, a par da Bíblia, a Sagrada Tradição da igreja tem igual valor e autoridade, uma vez que é o resultado do ensino (magistério) da igreja, proferido e escrito, ao longo dos tempos, pelos seus líderes (considerados sucessores dos Apóstolos e com igual nível de autoridade). A maioria das igrejas Evangélicas, por outro lado, entende que a Bíblia encerra a totalidade da revelação escrita de Deus, sendo a “única regra de fé e prática”.

No catecismo da igreja Católica, lê-se: “*A Tradição sagrada e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem para o mesmo fim. (...) A Sagrada Escritura é a Palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito divino. A sagrada Tradição, por sua vez, conserva a Palavra de Deus,*

Qual é a diferença?

*confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, e transmite-a integralmente aos seus sucessores (...) Daí resulta que a igreja, a quem está confiada a transmissão e interpretação da Revelação, 'não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência.'*⁷ Além deste facto, importa referir que a igreja Católica entende que a interpretação da revelação divina está reservada aos seus líderes. Lê-se o seguinte: *“O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus, escrita ou contida na Tradição, foi confiado só ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo, isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma.”*⁸

As igrejas Evangélicas, por outro lado, não aceitam qualquer tradição como tendo igual valor ao das Escrituras ou tendo qualquer tipo de autoridade divina. Aliás, as igrejas Evangélicas regem-se pelo princípio declarado por Lutero, por altura da Reforma, conhecido como Sola Scriptura (somente a

7 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, pg.38-39.

8 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, pg.39.

Qual é a diferença?

Escritura), rejeitando qualquer outro documento como fonte de autoridade divina. No que respeita às Escrituras, as igrejas Evangélicas acreditam no seguinte:

1 – A Bíblia é o registo fiel da revelação direta de Deus, aos escritores que Ele usou;

2 – A Bíblia é suficiente em si mesma;

3 – No que é fundamental, a Bíblia é simples e facilmente compreensível;

4 – A Bíblia interpreta-se a si mesma.

Desta forma, entendemos que:

a) Toda a Bíblia é e tem autoridade divina;

b) Nada além da Bíblia é ou tem autoridade divina;

c) A sua interpretação está ao alcance de todas as pessoas.

Como testemunho da autoridade divina das Escrituras, podemos referir os seguintes textos: II Timóteo 3:16-17 (particularmente me relação ao Antigo Testamento) - *“Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça; para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra.”*, I Timóteo 5:18 (em que Paulo reconhece os escritos de Lucas - referência a Lucas 10:7 - como “Escritura”) - *“Porque diz a Escritura: Não ligarás a boca ao boi*

Qual é a diferença?

que debilha. E: Digno é o obreiro do seu salário.” e II Pedro 3:15-16 (onde Pedro equipara os escritos de Paulo às “Escrituras”) - “E tende por salvação a longanimidade de nosso Senhor; como também o nosso amado irmão Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada”.

Como testemunho de que a verdadeira autoridade divina revelada nas Escrituras não vem de forma indireta, passando de pessoa em pessoa (tradição que acompanha uma sucessão de indivíduos), mas sim de forma direta (vinda por revelação de Deus aos escritores), podemos referir dois textos de Paulo: Gálatas 1:12 e 2:1-2 - *“Porque não o recebi, nem aprendi de homem algum, mas pela revelação de Jesus Cristo.” e “Depois, passados catorze anos, subi outra vez a Jerusalém com Barnabé, levando também comigo Tito. E subi por uma revelação, e lhes expus o evangelho, que prego entre os gentios, e particularmente aos que estavam em estima; para que de maneira alguma não corresse ou não tivesse corrido em vão.”*

Quando a Bíblia nos exorta a “conservar as tradições” (II Tessalonicenses 2:15 e 3:6), está a referir-se aos ensinamentos de Paulo. Ou seja, não está a ser feita referência a tradições que ainda viessem a existir, mas sim ao ensino que Paulo (com autoridade apostólica) se encontrava a ministrar e a deixar

Qual é a diferença?

registado. A realidade é que, por outro lado, existem vários textos na Bíblia que nos advertem contra o perigo de seguir tradições (Gálatas 1:14 - *“E na minha nação excedia em judaísmo a muitos da minha idade, sendo extremamente zeloso das tradições de meus pais.”*; Colossenses 2:8 - *“Tende cuidado, para que ninguém vos faça presa sua, por meio de filosofias e vãs subtilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo”*; I Pedro 1:18 - *“Sabendo que não foi com coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados da vossa vã maneira de viver que por tradição recebestes dos vossos pais”*. Talvez um dos mais sérios seja o que encontramos em Mateus 15:3,6 - *“Ele, porém, respondendo, disse-lhes: Por que transgredis vós, também, o mandamento de Deus pela vossa tradição? (...) E assim invalidastes, pela vossa tradição, o mandamento de Deus.”*. Este é o grande perigo das tradições: entrar em contradição com a verdade já revelada por Deus e acabar por invalidá-la. Este é um dos grandes problemas com a “Sagrada Tradição” seguida pela igreja Católica, na medida em que, não só acrescenta elementos de fé e doutrina que não se encontram na Bíblia, como diversos desses elementos contrariam o que já se encontra revelado nas Escrituras (como procuraremos verificar, ao longo destes capítulos).

Qual é a diferença?

Resta ainda referir alguns textos que nos advertem contra o perigo de adicionar alguma coisa à revelação escrita de Deus (contida nos 66 livros da Bíblia, reconhecidos como autoridade divina, por todo o cristianismo, por mais de 16 séculos). Este princípio é importante ser referido, não só em relação à adição da Tradição como fonte de autoridade divina, como também em relação aos já referidos livros apócrifos (AT). Os textos bíblicos com estas advertências são os seguintes: Deuteronómio 4:2; Provérbios 30:6; I Coríntios 4:6 e Apocalipse 22:18-19 - *“Porque eu testifico a todo aquele que ouvir as palavras da profecia deste livro que, se alguém lhes acrescentar alguma coisa, Deus fará vir sobre ele as pragas que estão escritas neste livro; e, se alguém tirar quaisquer palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte do livro da vida, e da cidade santa, e das coisas que estão escritas neste livro.”*

Dogma da infalibilidade

Um “dogma” é um “*ponto fundamental e indiscutível de doutrina religiosa.*”⁹ A Igreja Católica tem um dogma que declara a infalibilidade do “magistério (ensino) da igreja”. De acordo com este ponto da doutrina católica, a igreja e os seus líderes são infalíveis, quando definem matéria de doutrina e conduta. Deste dogma resulta a doutrina da “Infalibilidade Papal”. De acordo com esta doutrina, o Papa é infalível, quando fala “*ex cathedra*” (do púlpito). O dogma da infalibilidade sustenta que os líderes católicos não podem enganar, nem ser enganados¹⁰.

No Catecismo da Igreja Católica lê-se: “*A infalibilidade do Magistério dos pastores abrange todos os elementos de doutrina, mesmo moral, sem os quais as verdades salvíficas da fé não podem ser guardadas, expostas ou observadas.*”¹¹ Também se lê: “*Para manter a Igreja na pureza da fé transmitida pelos Apóstolos, Cristo quis conferir à sua Igreja uma participação na sua própria infalibilidade(...) O exercício de tal carisma pode revestir-se de diversas*

9 Minidicionário Aurélio, Editora Nova Fronteira, 1977

10 Avery Dulles, “Infallibility: The Terminology,” in Teaching Authority, ed. by Empire, p. 71.

11 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, pg.506.

Qual é a diferença?

modalidades: Desta infalibilidade goza o pontífice romano, chefe do colégio episcopal, por força do seu ofício, quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis, e encarregado de confirmar na fé os seus irmãos, proclama, por um ato definitivo, um ponto de doutrina respeitante à fé ou aos costumes [...]. A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo dos bispos, quando exerce o seu Magistério supremo em união com o sucessor de Pedro, sobretudo num concílio ecuménico. Quando, pelo seu Magistério supremo, a Igreja propõe alguma coisa para crer como sendo revelada por Deus, como doutrina de Cristo, deve-se aderir na obediência da fé a tais definições. Esta infalibilidade abarca tudo quanto abarca o depósito da Revelação divina.¹²”

Esta posição sobre a infalibilidade do magistério ou ensino da igreja Católica tem por base a doutrina da sucessão apostólica e, de forma especial o entendimento que aquela igreja tem sobre o momento em que Jesus se dirige a Pedro e lhe fala sobre o alicerce da igreja.

No que respeita ao Papa ser o sucessor de Pedro e, como tal, gozar de algum tipo de infalibilidade, é importante dizer, em primeiro lugar,

12 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, pg.238.

Qual é a diferença?

que nem Pedro, nem os demais apóstolos foram ou consideraram-se, em momento algum, infalíveis. Não consideramos que pessoa alguma seja infalível. Consideramos somente que homens falíveis foram divinamente inspirados para registarem aquilo que o Único que é, de facto, infalível lhes disse e mostrou. Este registo é a Palavra de Deus escrita.

Em Mateus 16:15-19 Jesus disse a Pedro que “*sobre esta pedra*” edificaria a Sua igreja. O entendimento da igreja Católica é que Jesus disse que edificaria a Sua igreja sobre o próprio Pedro, sendo ele o representante de Jesus na Terra e, assim, gozando de algum tipo de capacidade sobrenatural para guiar, sem erro, a igreja. As igrejas Evangélicas não concordam com esta interpretação. A posição Evangélica é que a “pedra” sobre a qual a igreja de Jesus viria a ser edificada é o próprio Jesus (conforme Efésios 2:20), de acordo com a declaração de Pedro: “*Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo.*” Esta interpretação fundamenta-se nos seguintes elementos:

1 – Jesus dirige-se a Pedro na primeira pessoa do singular (tu és Pedro) e fala da pedra na terceira pessoa do singular (esta pedra), tratando-se de entidades diferentes.

2 – A palavra “Pedro” (gr: Petros) é um termo masculino e singular, enquanto que a “pedra” (gr:

Qual é a diferença?

petra) é feminina e singular, distinguindo e diferenciando os elementos um do outro.

3 – A autoridade dada a Pedro (Mateus 16:18-19) não é diferente da autoridade dada aos demais apóstolos (Mateus 18:18). Portanto, qualquer inferência que fosse retirada destes textos relativa a Pedro ou ao Papa, teria que ser escrupulosamente igual à retirada para todos os demais apóstolos.

4 – Do ponto de vista de coerência de interpretação do registro bíblico, nem mesmo os teólogos Católicos diriam que Pedro é a personificação do mal, tendo por base as palavras de Jesus um pouco mais tarde, em Mateus 16:23. Porquê, então, dar algum tipo de primazia de autoridade a Pedro, quando este responde a Jesus (vrs.16)?

5 – Algumas das mais respeitadas autoridades teológicas da antiguidade, como João Crisóstomo e Agostinho concordam com a interpretação de que a Pedra a que Jesus se refere é nada mais, nada menos, do que Ele próprio, em harmonia com a declaração que Pedro havia proferido. Agostinho (teólogo Católico) escreveu: *“Nesta rocha, portanto, Ele disse, a qual tu confessaste, eu construirei a minha*

Qual é a diferença?

*Igreja. Porque a Rocha (petra) é Cristo; e neste fundamento estava o próprio Pedro alicerçado.*¹³”

Do ponto de vista das igrejas Evangélicas, todas as pessoas são falíveis. Só Deus é infalível. Como resultado da Sua obra na vida dos escritores bíblicos e pela obediência dos mesmos, cremos que a Palavra escrita de Deus é, ela própria, infalível e não contém erro. Em nenhum texto da Bíblia encontramos qualquer referência à possibilidade de existirem pessoas com infalibilidade, quer seja permanente, ocasional, ou meramente circunstancial.

13 Agostinho, “Sobre o Evangelho de João”, Tratado 12435, citado em White, Respostas às declarações católicas, pg.106

Salvação

O estudo da forma como a igreja Católica e as igrejas Evangélicas entendem a doutrina da salvação (ou justificação) revela algumas das diferenças mais sérias no que respeita à interpretação da verdade bíblica. Afinal, a correta compreensão deste assunto é determinante para a nossa vida aqui e agora e para as decisões que tomamos em relação à nossa vida eterna.

Tanto a igreja Católica como as igrejas Evangélicas afirmam a necessidade da Graça de Deus e da Fé do Homem, para que a salvação seja recebida por alguém, ou seja, para que a justificação (ser declarado como justo) seja aplicada a determinada pessoa. A aparentemente pequena, mas importante diferença reside no facto de as igrejas Evangélicas afirmarem que a Graça e a Fé são suficientes em si mesmas, para a salvação. Este princípio deu sentido aos lemas da Reforma Protestante do séc. XVI: *sola gratia* e *sola fide* (somente a graça e somente a fé). A igreja Católica, por seu lado, afirma que, embora a graça e a fé sejam necessárias, não são suficientes, uma vez que são exigidas outras ações/condições (ou requisitos) por parte do Homem, como a seguir se indica.

Para a igreja Católica, a salvação depende de:

O Batismo. Conforme se lê no Catecismo Católico: *“O Senhor mesmo afirma que o Batismo é necessário para a salvação. Também ordenou a seus discípulos que anunciassem o Evangelho e batizassem todas as nações. O Batismo é necessário, para a salvação, para aqueles aos quais o Evangelho foi anunciado e que tiveram a possibilidade de pedir este sacramento. A Igreja não conhece outro meio senão o Batismo para garantir a entrada na bem-aventurança eterna...”*¹⁴

A Igreja Católica. A própria igreja Católica, a qual é apresentada como a única igreja do Senhor Jesus, afirma-se como condição para a Salvação. No Catecismo Católico lê-se o seguinte: *“O Batismo constitui o nascimento para a vida nova em Cristo. Segundo a vontade do Senhor, ele é necessário para a salvação, como a própria Igreja, na qual o Batismo introduz.”*¹⁵ E ainda: *“A Igreja é no mundo presente o sacramento da salvação, o sinal e o instrumento da*

14 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1257, pg.328.

15 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1277, pg.333.

comunhão de Deus e dos homens.”¹⁶, em ligação com: “A única Igreja de Cristo (...) é aquela que nosso Salvador depois de sua Ressurreição, entregou a Pedro para que fosse seu pastor e confiou a ele e aos demais Apóstolos para propagá-la e regê-la... Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste na Igreja Católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele”¹⁷. O Decreto sobre o Ecumenismo, do Concílio Vaticano II foi ainda mais longe e explicitou: “Pois somente por meio da Igreja Católica de Cristo, 'a qual é meio geral de salvação', pode ser atingida toda a plenitude dos meios de salvação. Cremos que o Senhor confiou todos os bens da Nova Aliança somente ao Colégio Apostólico, do qual Pedro é o chefe, a fim de constituir na terra um só Corpo de Cristo, ao qual é necessário que se incorporem plenamente todos os que, de que alguma forma, já pertencem ao Povo de Deus”.

Os Sacramentos. Os sacramentos são: “*sinais nos quais, por sinais sensíveis, a graça de Deus em Cristo é representada, selada e aplicada aos crentes,*

16 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 780, pg.209.

17 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 816, pg.218.

Qual é a diferença?

*que, por sua vez, expressam a fé e obediência a Deus.”*¹⁸ O Catecismo indica: *“A Igreja afirma que para os crentes os sacramentos da nova aliança são necessários à salvação. A “graça sacramental” é a graça do Espírito Santo dada por Cristo e peculiar a cada sacramento.”*¹⁹

O Mérito. Embora a atual versão do Catecismo não seja tão explícita em relação à necessidade de boas obras para a salvação, como foi o concílio de Trento (“O Cânone XXIV diz: *“Se alguém diz que as obras são meramente frutos e sinais da justificação obtida, e não a causa da sua frutificação: seja um anátema”*”), continua a afirmar que tanto graça como obras (mérito humano) contribuem para a salvação: *“O nosso mérito em face de Deus consiste apenas em seguir o seu livre desígnio de associar o homem à obra de sua graça. O mérito pertence à graça de Deus em primeiro lugar e à colaboração do homem em segundo lugar. (...) Ninguém pode merecer a graça primeira que se acha na origem da conversão. Sob a moção do Espírito Santo, podemos merecer, para nós mesmos e para os outros, todas as graças úteis para chegar à vida*

18 Wikipédia - [pt.wikipedia.org/wiki/Sacramento_\(cristianismo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sacramento_(cristianismo))

19 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1129, pg.297.

Qual é a diferença?

eterna, como também os bens temporais necessários. (...) O mérito do homem diante de Deus, na vida cristã, provém do fato de que Deus livremente determinou associar o homem à obra de sua graça. A ação paternal de Deus vem em primeiro lugar por seu impulso, e o livre agir do homem, em segundo lugar, colaborando com Ele, de sorte que os méritos das boas obras devem ser atribuídos à graça de Deus, primeiramente, e só em segundo lugar ao fiel.”²⁰

Vemos, assim, que, para a igreja Católica, além da graça de Deus e a fé do Homem, contribuem uma série de outros fatores (alguns dos quais condições *sine qua non*), para a salvação do Homem. As igrejas Evangélicas creem que a Salvação é dada somente pela Graça de Deus e é recebida somente pela Fé do Homem. A base bíblica para crer desta forma é a seguinte (entre outros textos):

Romanos 1:17 - *“Porque nele se descobre a justiça de Deus de fé em fé, como está escrito: Mas o justo viverá da fé.”*. Este foi um dos textos que inspirou Lutero a iniciar a Reforma, na medida em que aponta para a suficiência da fé, na vida do crente e para a sua justificação (salvação).

20 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 2025, 2027 e 2008, pg.501 e 498.

Qual é a diferença?

Romanos 3-4. Estes dois capítulos, bem como outros do mesmo livro de Romanos, contêm declarações inequívocas da suficiência da fé humana, como meio de recepção da dádiva divina da Salvação. Vejam-se, por exemplo, os seguintes versículos: 3:20, 22-28; 4:1-3, 23-24. A imputação da justiça (justificação ou salvação são termos que têm a ver com a mesma realidade espiritual) significa a *“atribuição legal da justiça de Cristo, ao pecador crente”*²¹.

Atos 16:31 - *“E eles disseram: Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo, tu e a tua casa.”*. Declaração simples e objetiva de Paulo, ao carcereiro de Filipos, como resposta à pergunta: *“O que devo fazer, para ser salvo?”*

João 5:24 - *“Na verdade, na verdade vos digo que quem ouve a minha palavra, e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna, e não entrará em condenação, mas passou da morte para a vida.”*. Afirmação perentória de Jesus, sobre o resultado de crer nele. “Crer” não significa um simples “acreditar que existe”, mas sim um ato de profunda convicção e fé, que leva à entrega da vida ao próprio Deus.

Gálatas 2:16 - *“Sabendo que o homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé em Jesus*

21 Hoekema, *Saved by Grace, in Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences*, Norman L. Geisler and Ralph E. MacKenzie, Bakerbooks, 1995, pg.245.

Qual é a diferença?

Cristo, temos também crido em Jesus Cristo, para sermos justificados pela fé em Cristo, e não pelas obras da lei; porquanto pelas obras da lei nenhuma carne será justificada.”. Declaração de Paulo, sobre a ineficácia de obras (neste caso, obras da lei).

Efésios 2:8-10 - *“Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie; Porque somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas.”.* Este é, porventura, o texto mais claro sobre a salvação não depender de obras (ação e esforço humano), mas sim somente da graça de Deus, sendo recebida através da fé. As obras surgem como propósito consequente, para a nossa vida, ou seja, são o fruto e resultado da salvação recebida e não uma forma de a receber, alcançar, merecer ou contribuir para o seu merecimento.

Sacramentos

No centro da doutrina Católica encontra-se o sistema dos Sacramentos. A doutrina Católica ensina que os Sacramentos são atos/sinais através dos quais a Graça de Deus é conferida e aplicada aos fiéis. No Catecismo daquela igreja lê-se: *“Cristo age agora pelos sacramentos, instituídos por Ele para comunicar a sua graça. Os sacramentos são sinais sensíveis (palavras e ações), acessíveis à nossa humanidade atual. Realizam eficazmente a graça que significam em virtude da ação de Cristo e pelo poder do Espírito Santo. (...) Celebrados dignamente na fé, os sacramentos conferem a graça que significam. São eficazes porque neles age o próprio Cristo; é ele quem batiza, é ele quem atua nos seus sacramentos, a fim de comunicar a graça significada pelo sacramento.”*²² e ainda *“Os sacramentos são sinais eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja, por meio dos quais nos é dispensada a vida divina. Os ritos visíveis sob os quais os sacramentos são celebrados significam e realizam as graças próprias de cada sacramento.”*²³ Na doutrina

22 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1084 e 1127, pg.286 e 296.

23 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1131, pg.298.

Qual é a diferença?

Católica estão indicados sete Sacramentos: “o Batismo, a Confirmação ou Crisma, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimónio.”²⁴

Este ponto constitui uma grande diferença entre a igreja Católica e as igrejas genuinamente evangélicas, na medida em que a doutrina sacramental ensina que atribuição da Graça de Deus, depende da realização de determinados atos ou sinais (os sacramentos), ou seja, obras humanas. Desta forma, significa que a receção da Graça de Deus depende das obras praticadas. Esta ideia fica clara, através das seguintes declarações da igreja Católica: “É errado negar que a graça, no que respeita à parte de Deus, não é dada sempre através dos sacramentos a todos os homens”²⁵ e ainda “é anátema (heresia/maldito) afirmar que a graça não é conferida através da obra operada [ex opere operato], mas que somente a fé(...) é suficiente para obter graça.”²⁶

Vamos verificar alguns aspetos importantes somente sobre dois destes sacramentos: o Batismo e a Eucaristia. Os equivalentes Evangélicos são o

24 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1113, pg.293.

25 Denzinger, Sources of Catholic Dogma, no. 850, pg.263.

26 Denzinger, Sources of Catholic Dogma, no. 851, pg.263.

Batismo e a Ceia do Senhor, não se tratando de sacramentos (atos que conferem graça), mas sim de ordenanças simbólicas e memoriais, conforme ordenadas pelo Senhor Jesus. Neste ponto, é importante referir que a diversidade doutrinária entre as igrejas Evangélicas resulta num considerável leque de interpretações sobre o significado e essência destes dois atos. Todavia, os aspetos que a seguir se indicam são partilhados, quase unanimemente, por todas as igrejas Evangélicas.

O Batismo: A igreja Católica ensina que este sacramento é necessário para a salvação. Segundo aquela igreja, o Batismo confere a graça da justificação²⁷ e da santificação. A grande dificuldade com este ensino é a necessidade de uma obra humana, para se chegar à salvação (ver capítulo anterior). Quando Jesus foi batizado, referiu-se a esse ato como um cumprimento de justiça (Mateus 3:15 - “*Jesus, porém, respondendo, disse-lhe: Deixa por agora, porque assim nos convém cumprir toda a justiça. Então ele o permitiu.*”). Paulo escreve a Tito, no capítulo 3, versículo 5, declarando que a nossa salvação não é fruto de “*obras de justiça*”. Assim, fica claro que o Batismo, sendo uma “*obra da justiça*”, não constitui contributo para a nossa

27 Ott, Fundamentals of Catholic Dogma, p.354.

Qual é a diferença?

salvação. Aqui é importante distinguir entre Evangelho e Batismo (I Coríntios 1:17 - *“Porque Cristo enviou-me, não para batizar, mas para evangelizar; não em sabedoria de palavras, para que a cruz de Cristo se não faça vã.”*). O poder de Deus para a salvação de todo o que crê não é o Batismo, mas sim o Evangelho (Romanos 1:16 - *“Porque não me envergonho do evangelho de Cristo, pois é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê; primeiro do judeu, e também do grego.”* e Tito 3:5 - *“Não pelas obras de justiça que houvéssemos feito, mas segundo a sua misericórdia, nos salvou pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo”*, entre outros). O Batismo não é necessário para a salvação (Atos 16:31), mas representa a nova vida que temos em Cristo e a nossa identificação com Ele (Romanos 6:4 - *“De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida.”*; II Coríntios 5:17 - *“Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo.”* e Colossenses 2:12 - *“Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos.”*). O Batismo é simplesmente um ato de testemunho público através

Qual é a diferença?

do qual alguém que já creu em Jesus como seu Salvador e Senhor, dá testemunho público de que já morreu para o mundo e para uma vida antiga e já “nasceu de novo”. Este ato assumia (e deve continuar a assumir) particular relevância como testemunho público, na medida em que era praticado imediatamente a seguir ao momento do exercício da fé. Ou seja, no mesmo dia em que a pessoa cria em Jesus, era batizada. De forma simplificada, as igrejas Evangélicas defendem que o Batismo se destina aos salvos e não para a salvação.

A Eucaristia: A doutrina Católica ensina que a participação na Eucaristia confere ao participante a graça da receção do próprio corpo e sangue de Jesus. A igreja Católica ensina a doutrina da Transubstanciação. Esta doutrina defende que os elementos da Eucaristia (o pão/hóstia e o vinho), assim que são consagrados, transformam-se no corpo e sangue de Jesus, físicos e reais (tal como se encontravam na cruz). O Catecismo afirma: *“pela consagração do pão e do vinho opera-se a conversão de toda a substância do pão na substância do corpo de Cristo nosso Senhor e de toda a substância do vinho na substância do seu sangue”*.²⁸ Este é o

28 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1376, pg.356.

Qual é a diferença?

sacramento mais importante, sendo designado como o Santíssimo Sacramento: “*Fala-se igualmente do Santíssimo Sacramento, porque é o sacramento dos sacramentos. E, com este nome, se designam as espécies eucarísticas...*”²⁹ As igrejas Evangélicas entendem que a celebração da Ceia do Senhor não é um sacramento, porque não confere graça. A verdadeira graça foi conferida por Cristo quando, de facto, entregou o seu corpo à morte e derramou o seu sangue. As Suas instruções para celebrarmos este ato “*em Sua memória*” são claras quanto ao seu sentido (I Coríntios 11:23-25 - “*Porque eu recebi do Senhor o que também vos ensinei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; E, tendo dado graças, o partiu e disse: Tomai, comei; isto é o meu corpo que é partido por vós; fazei isto em memória de mim. Semelhantemente também, depois de cear, tomou o cálice, dizendo: Este cálice é o novo testamento no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que beberdes, em memória de mim.*”). Além disso, quando Jesus instituiu a celebração da Sua Ceia, o seu corpo e o seu sangue ainda estavam, ali mesmo, em frente aos apóstolos. Logo, as referências a corpo e sangue só poderiam ser simbólicas e é nesse sentido que a maioria das igrejas Evangélicas a celebram.

29 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1330, pg.344..

Qual é a diferença?

Associada a esta doutrina surge o ensino de que o sacrifício de Jesus se repete a cada realização da Missa, através da Eucaristia, conforme o artº 1367 do Catecismo Católico. No entanto, a Bíblia não deixa margem para dúvidas relativamente ao facto do sacrifício de Jesus ter sido único, suficiente e, desta forma, irrepetível (João 19:30 - “*E, quando Jesus tomou o vinagre, disse: Está consumado. E, inclinando a cabeça, entregou o espírito.*”); Hebreus 10:12-14 - “*Mas este, havendo oferecido para sempre um único sacrifício pelos pecados, está assentado à destra de Deus, daqui em diante esperando até que os seus inimigos sejam postos por escabelo de seus pés. Porque com uma só oblação aperfeiçoou para sempre os que são santificados.*”).

Igreja

No que respeita aos ensinamentos sobre a “igreja”, a igreja Católica difere da maioria das igrejas Evangélicas, relativamente a quatro pontos principais: 1) A visibilidade da igreja; 2) A unidade da igreja; 3) A autoridade sacerdotal; 4) Membresia. Vejamos cada um destes pontos individualmente e o que significam.

1) A visibilidade da igreja

A doutrina da igreja Católica ensina que “*a igreja não é só um corpo invisível, mas também uma organização visível, na terra, cuja sede é em Roma.*”³⁰ Esta ideia de que a igreja de Jesus Cristo é, de facto, a igreja Católica e que a sua expressão visível é toda ela, e somente ela, a verdadeira igreja, é sustentada nos artigos 834º e 835º do Catecismo daquela igreja. Nestes artigos, pode ler-se: “*Com efeito, desde a descida a nós do Verbo Encarnado, todas as Igrejas cristãs de toda parte consideraram e continuam considerando a grande Igreja que está aqui [em Roma] como única base e fundamento, visto que, segundo as próprias promessas do Salvador, as portas do inferno nunca prevaleceram sobre ela.*”

30 Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences, Norman L. Geisler and Ralph E. MacKenzie, Bakerbooks, 1995, pg.271.

Qual é a diferença?

As igrejas Evangélicas entendem, conforme João 10:16 que, apesar de existir “*um só rebanho e um só Pastor*”, existem vários “*apriscos*”, sendo estes constituídos pelas pessoas que se encontram nas várias comunidades, congregações, igrejas, etc., que já se arrependeram dos seus pecados e depositaram a fé no Senhor Jesus Cristo. Assim, cremos que a verdadeira igreja de Jesus não é meramente uma entidade visível, mas sim “*uma entidade espiritual, juntando por laços invisíveis, um número de comunidades de Cristãos, apesar das suas diferenças na Fé*”.³¹

2) A unidade da igreja

A doutrina Católica afirma: “*Existe uma unidade da igreja ordenada por Deus, manifestada sob duas formas: unidade de fé e unidade de comunhão*”³² Este conceito de unidade significa, na prática, unidade organizacional. A igreja Católica considera-se como a única igreja de Jesus Cristo. Esta ideia é baseada nos artigos 816º e 817º do Catecismo, nos quais se lê: “*A única Igreja de Cristo (...) é aquela que o nosso Salvador depois da sua Ressurreição, entregou a Pedro para que fosse seu pastor e confiou*

31 Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences, Norman L. Geisler and Ralph E. MacKenzie, Bakerbooks, 1995, pg.272.

32 Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences, Norman L. Geisler and Ralph E. MacKenzie, Bakerbooks, 1995, pg.279.

a ele e aos demais Apóstolos para propagá-la e regê-la... Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste na ("subsistit in") Igreja Católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele."

Por outro lado, as igrejas Evangélicas defendem a unidade do ponto de vista doutrinário e espiritual, em vez da unidade organizacional. Em João 17:20-21, Jesus ora para que todos sejamos "um". Todavia, esta unidade é mais espiritual do que organizacional e visível. Jesus orou para que os seus discípulos fossem um (por exemplo através do amor – João 13:35) e não para que todas as igrejas pertencessem a uma só.

3) A autoridade sacerdotal

A igreja Católica defende a distinção entre os sacerdotes (clero) e os restantes membros da igreja (leigos), afirmando que os primeiros têm autoridade sobre os segundos. Além disso, aquela igreja defende a existência de hierarquia dentro do clero, na medida em que o Papa tem autoridade sobre os Bispos (ex: Cardeais) e estes sobre os demais sacerdotes (ex: Padres). A sua autoridade sacerdotal inclui "*não somente a capacidade de administrar todos os sacramentos, mas também o poder, sob a direção de Deus, de transformar o pão e o vinho no real corpo e*

Qual é a diferença?

sangue físicos de Cristo, bem como o poder de perdoar e reter pecados".³³ Sustentam esta doutrina os artigos 874º a 887º do Catecismo.

As igrejas Evangélicas entendem que, por exemplo João 20:22-23 (por estudo comparado com demais textos sobre o perdão), não se refere a algum tipo de poder sobre o perdão de pecados, mas sim ao ministério de anunciar (ou não) o perdão de Deus. Neste ponto, importa referir uma das diferenças mais comumente referidas que é a ausência, nas igrejas Evangélicas da “confissão auricular”. Ou seja, como resultado do entendimento de que o perdoar pecados não é prerrogativa de qualquer pessoa, mas sim unicamente de Deus, a doutrina Evangélica ensina que as pessoas devem confessar os seus pecados diretamente a Deus e não a qualquer tipo de intermediário. O texto de I João 1:9 - “*Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados, e nos purificar de toda a injustiça.*” sustenta este ensino. A ideia contida em Tiago 5:16 - “*Confessai as vossas culpas uns aos outros, e orai uns pelos outros, para que sareis. A oração feita por um justo pode muito em seus efeitos.*” é um desafio a que partilhemos as nossas

33 Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences, Norman L. Geisler and Ralph E. MacKenzie, Bakerbooks, 1995, pg.287.

Qual é a diferença?

faltas “*uns aos outros*” e não um mandamento a partilhá-las somente com o líder religioso.

Além disso, textos como Mateus 20:25-28 - “*Então Jesus, chamando-os para junto de si, disse: Bem sabeis que pelos príncipes dos gentios são estes dominados, e que os grandes exercem autoridade sobre eles. Não será assim entre vós; mas todo aquele que quiser entre vós fazer-se grande seja vosso serviçal; E, qualquer que entre vós quiser ser o primeiro, seja vosso servo; Bem como o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir, e para dar a sua vida em resgate de muitos.*” ensinam que não deve existir qualquer tipo de hierarquia entre os Cristãos. O próprio apóstolo Pedro, na sua primeira carta, no capítulo 2, versículo 9, ensina a inexistência de distinção entre clero e leigos, uma vez que todos os crentes em Jesus Cristo são designados como “sacerdotes”, fruto do acesso direto a Deus de que todos os crentes gozam.

4) Membresia

A doutrina Católica afirma que ser membro daquela igreja é condição para se ser salvo, conforme se lê no artº 846º do seu Catecismo. Isto implica ser submetido ao sacramento do Batismo, professar a mesma fé e participar na comunhão da igreja.

Qual é a diferença?

As igrejas Evangélicas fundamentam-se em vários textos bíblicos, como os seguintes, para defender que a salvação não depende de ser membro de qualquer igreja, grupo religioso ou organização: Atos 16:31; João 3:16; Romanos 4:5 - *“Mas, àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça.”*; João 14:6 - *“Disse-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim.”*; Atos 4:12 - *“E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos.”*. Resta referir, no entanto, que o ensino bíblico não deixa margens para dúvidas quanto ao facto de que serão salvos todos aqueles que pertencerem à igreja verdadeira de Jesus Cristo, a qual não se traduz numa única organização ou grupo, mas sim na plenitude de todos os que se arrependem dos seus pecados e confiam a sua vida nas mãos do Salvador e Senhor Jesus. Esta igreja é universal, invisível e percorre todos os séculos da História.

Maria

Entre a doutrina Católica e as igrejas Evangélicas, existem pontos em comum no que respeita à doutrina sobre Maria. Entre estes pontos, encontram-se os seguintes principais:

1) Ambas as doutrinas concordam que Maria foi abençoada por Deus, ao ser escolhida para ser a mãe do Salvador;

2) Ambas as doutrinas concordam que a concepção de Jesus aconteceu por intervenção sobrenatural, sendo Maria ainda virgem quando tal aconteceu;

3) Ambas as doutrinas concordam que Maria é um exemplo de fé, submissão e obediência a Deus, o qual deve ser seguido.

A designação “Mãe de Deus” também pode ser admitida como comum, na medida em que esta expressão salienta a divindade de Jesus. No entanto, as igrejas Evangélicas preferem a expressão “Mãe de Cristo”, de forma a evitar qualquer ideia de deificação de Maria. Agora, vejamos algumas das principais diferenças entre a igreja Católica e as Evangélicas, no que respeita à doutrina sobre Maria.

1 – Perpétua virgindade

Como foi referido, ambas as igrejas admitem que Maria era virgem aquando da concepção sobrenatural de Jesus. Este ensino é sustentado nas seguintes passagens bíblicas: Isaías 7:14; Mateus 1:18 e Lucas 1:26-27. No entanto, a igreja Católica vai mais longe e afirma que Maria não só era virgem antes do nascimento de Jesus, como permaneceu virgem durante o seu nascimento e depois deste. Os artigos do Catecismo que contêm este ensino vão do 499º ao 501º: *“O aprofundamento da sua fé na maternidade virginal levou a Igreja a confessar a virgindade real e perpétua de Maria, mesmo no parto do Filho de Deus feito homem.(...)”*³⁴ O teólogo Católico Tomás de Aquino declarou: *“Maria deu à luz de uma forma milagrosa, sem abertura do ventre nem lesão do hímen, e conseqüentemente, também sem dores.”*³⁵

As igrejas Evangélicas diferem neste ponto, na medida em que existem textos bíblicos que suportam a ideia de que Maria teve, depois de Jesus, outros filhos. Por um lado, textos como Mateus 1:18, 25, apontam para a concepção e nascimento de Jesus

34 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 499, pg.136.

35 Ott, Fundamentals of Catholic Dogma, p.203. Cf. Aquino, Summa Theologiae 3.28.2

terem ocorrido “antes de José ter conhecido Maria”, implicando que, depois do nascimento de Jesus, José “conheceu” Maria (no sentido da concretização da união física sexual). Por outro lado, existem vários textos que se referem a irmãos e irmãs de Jesus, como Mateus 13:55 - “*Não é este o filho do carpinteiro? e não se chama sua mãe Maria, e seus irmãos Tiago, e José, e Simão, e Judas?*” e Gálatas 1:19 - “*E não vi a nenhum outro dos apóstolos, senão a Tiago, irmão do Senhor.*”. Os termos utilizados, o contexto em que se encontram e a forma como os textos estão escritos não deixam qualquer margem para dúvidas de que se tratavam de reais irmãos e irmãs de Jesus (naturalmente, só pelo lado de Maria). A igreja Católica defende que estes textos se referem a primos de Jesus. No entanto, o termo grego utilizado não é o que se refere a primo (*anépsios*, como por exemplo em Colossenses 4:10), mas sim o que é utilizado sempre que o escritor se quer referir a verdadeiros irmãos de família (*adelphos*, como por exemplo em Mateus 10:2).

2 – Imaculada concepção

A igreja Católica afirma que Maria foi concebida sem pecado original. Ou seja, sem a tendência para pecar, natural a toda a raça humana. Este é o dogma da imaculada concepção ou conceição

Qual é a diferença?

de Maria. Encontra-se no artigo 491 do Catecismo: *“Ao longo dos séculos, a Igreja tomou consciência de que Maria, “cumulada de graça” por Deus, foi redimida desde a concepção. É isso que confessa o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 pelo papa Pio IX: A santíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua Conceição, por singular graça e privilégio de Deus onnipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do género humano foi preservada imune de toda mancha do pecado original.”*³⁶ Esta ideia de Maria estar “cheia de graça”, baseia-se em Lucas 1:28³⁷ e daí foi entendido que tal significaria que Maria tinha sido concebida sem o “pecado original” (tendência ou inclinação para cometer pecado, comum a toda a raça humana). A Bíblia não faz qualquer exceção quanto à natureza corrompida da raça humana, incluindo toda a humanidade num estado corrompido pelo pecado e tendente ao mesmo. Este dogma não tem qualquer base bíblica e trata-se de uma adição tardia (séc. XIX), à doutrina Católica.

36 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 491, pg.134.

37 “A palavra do texto original que, na Vulgata, se traduz por “gratia plena”, é um particípio perfeito passivo (κεχαριτωμένη), que significa “agraciada”; não “cheia de graça” no sentido de ser ela própria portadora ou fonte natural de graça, mas no sentido de também ela haver sido agraciada por Deus.” - Prof. Dr. Manuel Alexandre Júnior.

3 – Ausência de pecado

A igreja Católica ensina que Maria permaneceu sem pecado durante toda a sua vida. No Catecismo pode ler-se: “(...) *Foi ela que, primeiro e de uma forma única, se beneficiou da vitória sobre o pecado conquistada por Cristo: ela foi preservada de toda mancha do pecado original e durante toda a vida terrestre, por uma graça especial de Deus, não cometeu nenhuma espécie de pecado.(...) Pela graça de Deus, Maria permaneceu pura de todo pecado pessoal ao longo de toda a sua vida.*”³⁸

Este ensino também não apresenta qualquer base bíblica. Aliás, é possível referir vários textos que mostram que Maria, apesar de ter sido escolhida por Deus para uma tarefa especial, era uma pessoa como as demais e cometeu pecado como todos os outros. Em Romanos 3:23 - “*Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus*”, Paulo afirma categoricamente que “*todos pecaram*”. Maria incluiu-se neste “*todos*”, sendo que a única exceção, de acordo com o texto bíblico, é a pessoa de Jesus (conforme registado em Hebreus 4:15 - “*Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém, um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem*

38 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 411 e 493, pg.115 e 134.

pecado.”). Além disso, Maria considerava-se igual aos demais pecadores, uma vez que se submeteu aos sacrifícios cerimoniais que eram entregues pelo pecado (Levítico 12), como se comprova em Lucas 2:22-24 - “E, cumprindo-se os dias da purificação dela, segundo a lei de Moisés, o levaram a Jerusalém, para o apresentarem ao Senhor (Segundo o que está escrito na lei do Senhor: Todo o macho primogênito será consagrado ao Senhor); E para darem a oferta segundo o disposto na lei do Senhor: Um par de rolas ou dois pombinhos.”. Finalmente, a sua própria consciência de necessidade de salvação, enquanto pecadora perdida (como os demais elementos da raça humana), fica clara na sua oração, em Lucas 1:46: “Oh, como eu louvo o Senhor! E quanto me alegro em Deus, meu Salvador!” Maria reconhecia que era pecadora e precisava de um Salvador pessoal.

4 – Ascensão corpórea

Numa tendência progressiva e gradual de glorificação da pessoa de Maria, a doutrina Católica passou a ensinar que Maria não morreu, mas que foi elevada aos céus, sem experimentar a corrupção e degradação do seu corpo: “Finalmente, a Imaculada Virgem, preservada imune de toda mancha da culpa original, terminado o curso da vida terrestre, foi

elevada em corpo e alma à glória celeste. E para que mais plenamente estivesse conforme a seu Filho, Senhor dos senhores e vencedor do pecado e da morte, foi exaltada pelo Senhor como Rainha do universo.”³⁹

Na realidade, não existe qualquer texto bíblico que, mesmo remotamente, possa ser utilizado para servir de base a este ensino. Apesar deste tipo de ascensão se encontrar registado em relação a Enoque (Hebreus 11:5) e a Elias (II Reis 2:11), não existe qualquer referência que permita considerar a mesma possibilidade em relação a Maria. Esta inexistência de registo bíblico sobre uma eventual ascensão de Maria é claramente indicadora de que tal facto não aconteceu, particularmente porque qualquer escritor do Novo Testamento teria feito referência ao mesmo, caso tivesse ocorrido.

5 – Mediação

A igreja Católica apresenta Maria como cooperando na obra de Salvação, com Jesus Cristo. No artº 969, ela é descrita como medianeira (aquela que faz a mediação entre Deus e os Homens): “(...) *Elevada aos céus, não abandonou esta missão salvadora, mas, por sua múltipla intercessão,*

39 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 966, pg.254.

*continua a alcançar-nos os dons da salvação eterna. (...) Por isso, a bem-aventurada Virgem Maria é invocada na Igreja sob os títulos de advogada, auxiliadora, protetora, medianeira.”*⁴⁰, e ainda “*A Virgem Maria cooperou "para a salvação humana com livre fé e obediência (...)"*⁴¹ Em 1854, o Papa Pio IX declarou que:

“1. Maria é a Mediatrix de todas as graças, pela sua cooperação na Encarnação. E

*2. Maria é Mediatrix de todas as graças pela sua intercessão no Céu.”*⁴²

Segundo um Teólogo Católico, a cooperação de Maria na encarnação conferiu-lhe “*o título de Corredentora, o qual é corrente deste o século quinze.*”⁴³ Esta doutrina baseia-se, através de uma interpretação extremamente simbólica e rebuscada, no texto de João 19:26,27 - “*Ora Jesus, vendo ali sua mãe, e que o discípulo a quem ele amava estava presente, disse a sua mãe: Mulher, eis aí o teu filho. Depois disse ao discípulo: Eis aí tua mãe. E desde aquela hora o discípulo a recebeu em sua casa.*”. Segundo esta interpretação, João simboliza a

40 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 969, pg.254.

41 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 511, pg.138.

42 Ott, Fundamentals of Catholic Dogma, p.212,213.

43 Ott, Fundamentals of Catholic Dogma, p.212.

Qual é a diferença?

humanidade, a qual deveria recorrer a Maria como Mãe. No entanto, ao ler o texto e percebendo o seu contexto, entende-se claramente que não foi este o objetivo de Jesus. Tratou-se simplesmente de uma forma de Jesus providenciar o cuidado da sua mãe, através do auxílio do discípulo mais próximo de Jesus.

Do ponto de vista bíblico, seguido pelas igrejas Evangélicas, existem somente dois intercessores nos céus: Jesus (Hebreus 7:25 - *“Portanto, pode também salvar perfeitamente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles.”*); I João 2:1 - *“Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis; e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo.”*) e o Espírito Santo (Romanos 8:26,27 - *“E da mesma maneira também o Espírito ajuda as nossas fraquezas; porque não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis. E aquele que examina os corações sabe qual é a intenção do Espírito; e é ele que segundo Deus intercede pelos santos.”*). Além disso, são inúmeras as passagens que deixam absolutamente claro que Jesus é o único Mediador entre Deus e os Homens, sendo ele próprio o único e suficiente Redentor e Salvador de todos. Entre estas passagens,

podemos referir as seguintes: I Timóteo 2:5 - “Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem.”; João 10:1-11; 14:6; Hebreus 1:2-3; 10:11-12.

6 – Veneração de Maria

Embora a doutrina Católica distinga entre a adoração que é devida a Deus e a veneração devida a Maria, do ponto de vista prático, ambas as atitudes traduzem-se em atos de adoração. No Catecismo lê-se: “A *Santíssima Virgem* *é legitimamente honrada com um culto especial pela Igreja. Com efeito desde remotíssimos tempos, a bem-aventurada Virgem é venerada sob o título de 'Mãe de Deus' (...) Este culto (...) embora inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração que se presta ao Verbo encarnado e igualmente ao Pai e ao Espírito Santo (...).*”⁴⁴ Apesar de os teólogos Católicos procurarem apoiar esta veneração em textos como Lucas 1:28, 42, 48 e 11:27, nenhum destes se refere a momentos de veneração de Maria. Além disso, ser “bendita” ou “abençoada” não é sinónimo de “digna de veneração” ou adoração.

Resta ainda referir que a Bíblia proíbe a adoração/veneração a qualquer criatura, por exemplo

44 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 971, pg.255.

Qual é a diferença?

em textos como Colossenses 2:18 - *“Ninguém vos domine a seu bel-prazer com pretexto de humildade e culto dos anjos, envolvendo-se em coisas que não viu; estando debalde inchado na sua carnal compreensão”* e Apocalipse 22:8-9. Além disso, a fabricação de imagens e o “curvar-se perante elas” é também condenado pelas Escrituras, por exemplo, em Êxodo 20:4-5 - *“Não farás para ti imagem de escultura, nem alguma semelhança do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não te encurvarás a elas nem as servirás; porque eu, o SENHOR teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos, até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam.”*

Purgatório

Um ponto muito importante para a doutrina e prática da igreja Católica é, sem dúvida, o ensino sobre o Purgatório, com o qual as igrejas Evangélicas não concordam e para o qual não encontram suporte bíblico.

Em relação a este ensino, o Catecismo Católico afirma: *“Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não estão completamente purificados, embora tenham garantida a sua salvação eterna, passam, após a sua morte, por uma purificação, a fim de obter a santidade necessária para entrar na alegria do Céu. A Igreja denomina Purgatório a esta purificação final dos eleitos, que é completamente distinta do castigo dos condenados. A Igreja formulou a doutrina da fé relativa ao Purgatório sobretudo no Concílio de Florença e de Trento.”*⁴⁵ O Concílio de Trento declarou: *“Se alguém afirma que depois da recepção da graça da justificação, a culpa fica de tal forma remida (perdoada) e a dívida do castigo eterno tão apagada, para cada pecador arrependido, que deixa de existir qualquer dívida de punição temporal por pagar, quer neste mundo quer no Purgatório, antes que os*

45 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1030,1031, pg.268-269.

portões do Céu possam ser abertos, seja anátema (maldito).”⁴⁶

A doutrina Católica não tem uma posição clara sobre se o Purgatório é um lugar ou um estado pelo qual passam os que estarão com Deus. Além disso, não existe nenhuma referência quanto ao tempo que qualquer pessoa deverá lá permanecer. Simplesmente é afirmado que a existência do Purgatório terminará com o Julgamento Final.

Fica claro, pelas citações acima indicadas, que o Purgatório se destina somente aos que serão salvos. Aqueles que não reunirem as condições para a Salvação, irão diretamente para o Inferno. Assim, a purificação de pecados que ocorre no Purgatório destina-se somente aos pecados chamados “veniais” (perdoáveis) e não aos “mortais”. A maioria das igrejas Evangélicas não faz esta distinção, uma vez que, do ponto de vista bíblico, todos os pecados são graves, são realizados contra Deus e trazem consigo o “salário” ou a recompensa da morte – Romanos 3:23.

Existem três princípios que estão contidos na doutrina do Purgatório:

46 Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences, Norman L. Geisler and Ralph E. MacKenzie, Bakerbooks, 1995, pg.331.

Qual é a diferença?

1) O Purgatório destina-se a purificar quem será salvo e que ainda tenha alguns pecados para serem limpos;

2) Esta purificação implica algum tipo de dor ou sofrimento;

3) A purificação pode ser ajudada e/ou “acelerada” pelas preces e obras dos que estão vivos (e também dos que já morreram com “*mais boas obras do que as que seriam necessárias para si próprios*”⁴⁷).

A defesa bíblica desta doutrina é praticamente impossível e apoia-se em três textos canônicos e num apócrifo: Mateus 12:32; I Coríntios 3:15; Mateus 5:26 e II Macabeus 12:42-46. Vejamos cada um deles:

Mateus 12:32 - “*E, se qualquer disser alguma palavra contra o Filho do homem, ser-lhe-á perdoado; mas, se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste século nem no futuro.*” – A expressão “*não lhe será perdoado, neste mundo nem no vindouro*” é utilizada para dizer que alguns pecados serão perdoados no mundo vindouro. No entanto, a forma como o texto está escrito, em hipérbole (exagero), afirma que não há

47 Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences, Norman L. Geisler and Ralph E. MacKenzie, Bakerbooks, 1995, pg.340.

hipótese de existir perdão num mundo vindouro. Este texto não só refere não existir perdão no mundo vindouro, para quem rejeita Deus, como também se está a referir aos perdidos e não aos que serão salvos. Além disso, o texto não se está a referir a qualquer tipo de castigo, como a doutrina Católica afirma que acontece no Purgatório. Portanto, afirmar que este texto serve de base para sustentar o perdão de pecados das pessoas que serão salvas, no mundo vindouro, é fazê-lo afirmar um ensino que não está nele contido.

I Coríntios 3:15 - *“Se a obra de alguém se queimar, sofrerá detrimento; mas o tal será salvo, todavia como pelo fogo.”* – A doutrina Católica pretende fazer crer que o fogo de que fala neste texto tem a ver com esse estado/lugar de purificação. No entanto, o fogo de que Paulo fala não tem a ver com o perdão de pecados, mas sim com o teste que é realizado às nossas obras, para verificar qual a sua qualidade. Além disso, o fogo não está aplicado ao crente, mas sim às suas obras. O texto não se está a referir ao perdão de pecados, mas sim à recompensa que cada crente receberá. O que está a dizer é que se as nossas obras não forem boas, ainda assim seremos salvos (se tivermos entregue a nossa vida a Jesus),

Qual é a diferença?

mas chegaremos ao Céu “de mãos vazias”, ou seja, sem qualquer obra digna de recompensa.

Mateus 5:26 - *“Em verdade te digo que de maneira nenhuma sairás dali enquanto não pagares o último ceutil.”* – Este texto é usado para dizer que teremos que *“pagar pelas nossas faltas, de forma completa”*. No entanto, o texto não está a falar sobre o “mundo vindouro”, mas sim sobre a nossa vida diária e a necessidade de termos bons relacionamentos e de nos reconciliarmos até com os adversários.

II Macabeus 12:42-46 – O texto refere-se a um comentário que é feito sobre Judas Macabeu: *“...era esse um bom e religioso pensamento; eis por que ele pediu um sacrifício expiatório para que os mortos fossem livres de suas faltas.”* Apesar de ser este o texto que dá uma fundamentação mais forte à existência do Purgatório e à possibilidade dos vivos interferirem positivamente no destino de quem lá se encontra, não tem qualquer valor nem credibilidade, do ponto de vista Evangélico, uma vez que se encontra num livro não reconhecido como canónico, ou seja, não tendo sido inspirado por Deus.

As igrejas Evangélicas rejeitam a doutrina do Purgatório, não só pelas razões acima citadas, mas

também por força do imenso testemunho bíblico que contraria a existência de tal lugar/estado:

1 – Suficiência do sacrifício de Jesus. Se fosse necessário pagarmos, de alguma forma, nem que fosse por alguns dos nossos pecados, estaríamos a defender que o sacrifício de Jesus não foi suficiente para nos perdoar de todo o pecado. Textos como os seguintes, fundamentam a suficiência da obra de Cristo, para nos perdoar todos os pecados: João 17:4 - *“Eu glorifiquei-te na terra, tendo consumado a obra que me deste a fazer.”*; 19:30 - *“E, quando Jesus tomou o vinagre, disse: Está consumado. E, inclinando a cabeça, entregou o espírito.”* e Hebreus 10:14 - *“Porque com uma só oblação aperfeiçoou para sempre os que são santificados.”* (a obra de Jesus ficou completa e acabada, de uma só vez, não sendo necessário contribuirmos para a mesma, com o pagamento de mais alguns pecados).

2 – As consequências temporais dos nossos pecados são “colhidas” neste mundo: Gálatas 6:8-9 - *“Porque o que semeia na sua carne, da carne ceifará a corrupção; mas o que semeia no Espírito, do Espírito ceifará a vida eterna. E não nos cansemos de fazer bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não houvermos desfalecido.”*

3 – Céu e Inferno são realidades que acontecem imediatamente a seguir à morte, não existindo qualquer outro lugar/estado prévio: II Coríntios 5:8 - *“Mas temos confiança e desejamos antes deixar este corpo, para habitar com o Senhor.”*; Lucas 23:43 - *“E disse-lhe Jesus: Em verdade te digo que hoje estarás comigo no Paraíso.”*; Filipenses 1:23 - *“Mas de ambos os lados estou em aperto, tendo desejo de partir, e estar com Cristo, porque isto é ainda muito melhor.”*; II Timóteo 4:6-8 - *“Porque eu já estou sendo oferecido por aspersão de sacrifício, e o tempo da minha partida está próximo. Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. Desde agora, a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos os que amarem a sua vinda.”*.

4 – A Bíblia nunca se refere a um terceiro lugar ou estado intermédio. Em vez disso, apresenta somente as duas realidades contrastantes de Céu e Inferno: Lucas 16:26 - *“E, além disso, está posto um grande abismo entre nós e vós, de sorte que os que quisessem passar daqui para vós não poderiam, nem tampouco os de lá passar para cá.”*

Imagens

Finalmente, importa referir a diferença que será porventura a mais evidente e, sem dúvida, a mais habitualmente referida: a existência de imagens e representações da divindade (particularmente de Jesus Cristo e do Espírito Santo) e de santos, bem como a sua veneração. As igrejas Evangélicas discordam em absoluto destas práticas, na medida em que contrariam o registo bíblico.

Em relação a este ponto, o Catecismo indica, depois de um artigo que parece concordar com a proibição de fazer imagens, curvar-se perante elas e servi-las: *“No entanto, já no Antigo Testamento Deus ordenou ou permitiu a instituição de imagens, que conduziriam simbolicamente à salvação pelo Verbo encarnado: por exemplo, a serpente de bronze, a arca da Aliança e os querubins. Com base no mistério do Verbo encarnado, o sétimo Concílio ecuménico, de Niceia (ano de 787) justificou, contra os iconoclastas, o culto dos ícones: dos de Cristo, e também dos da Mãe de Deus, dos anjos e de todos os santos. Encarnado, o Filho de Deus inaugurou uma nova 'economia' das imagens”*⁴⁸ Além disso, acrescenta *“A beleza e a cor das imagens estimulam*

48 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 2130,2131, pg.528.

Qual é a diferença?

*a minha oração. É uma festa para os meus olhos, e, tal como o espetáculo do campo, impele o meu coração a dar glória a Deus. A contemplação dos sagrados ícones, unida à meditação da Palavra de Deus e ao canto dos hinos litúrgicos, entra na harmonia dos sinais da celebração, para que o mistério celebrado se imprima na memória do coração e se exprima depois na vida nova dos fiéis.”*⁴⁹ No resumo do capítulo sobre a “Celebração Sacramental do Ministério Pascal”, pode ler-se: “As imagens sagradas, presentes nas nossas igrejas e nas nossas casa destinam-se a despertar e alimentar a nossa fé no ministério de Cristo. Através do ícone de Cristo e das suas obras de salvação é a Ele que adoramos. Através das imagens sagradas da Santa Mãe de Deus, dos anjos e dos santos, veneramos as pessoas que nelas vemos representadas.”⁵⁰

Um dos textos bíblicos mais objetivos e diretos em relação à proibição de ter/fazer imagens e curvar-se perante elas, é encontrado na relação dos Dez Mandamentos, em Êxodo 20:4-5. Neste texto, Deus explicita que o Seu povo não deve “fazer” imagens, “curvar-se” a elas, nem “servi-las”. Esta

49 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1162, pg.306.

50 Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999, artº 1192, pg.312.

abrangência não deixa margem para qualquer presença ou utilização de imagens (sejam elas de que tipo forem). Outros textos equivalentes são Levítico 26:1 - *“Não fareis para vós ídolos, nem vos levantareis imagem de escultura, nem estátua, nem poreis pedra figurada na vossa terra, para inclinar-vos a ela; porque eu sou o SENHOR vosso Deus.”* e Deuteronómio 5:8-9 - *“Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima no céu, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra; Não te encurvarás a elas, nem as servirás; porque eu, o SENHOR teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos, até à terceira e quarta geração daqueles que me odeiam.”*

Em relação às imagens que surgem no Antigo Testamento, referidas nos trechos do Catecismo Católico, acima transcritos, importa salientar o seguinte:

A serpente de bronze – O significado desta imagem é explicado em João 3:14-15 - *“E, como Moisés levantou a serpente no deserto, assim importa que o Filho do homem seja levantado; Para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.”* Ela serviu como símbolo da salvação que viria a concretizar-se na morte de Jesus na cruz.

Qual é a diferença?

Quem olhasse simplesmente para aquela serpente, seria curado da picada da serpente, assim como que olha com fé para Jesus é salvo da morte infligida pelo pecado. Portanto, não existia qualquer propósito de serviço, adoração ou veneração para com a imagem ou para com o ser que ela representava (serpente).

A arca da Aliança e os querubins – A presença de anjos na arca simboliza a reverência dos anjos para com Deus e a sua lei. De modo algum deveriam ser alvo de qualquer tipo de veneração, quer em relação à imagem, quer em relação aos anjos que simbolizavam (Hebreus 1:13-14 - *“E a qual dos anjos disse jamais: Assenta-te à minha destra, Até que ponha a teus inimigos por escabelo de teus pés? Não são porventura todos eles espíritos ministradores, enviados para servir a favor daqueles que hão de herdar a salvação?”*; Apocalipse 22:8-9 - *“E eu, João, sou aquele que vi e ouvi estas coisas. E, havendo-as ouvido e visto, prostrei-me aos pés do anjo que mas mostrava para o adorar. E disse-me: Olha, não faças tal; porque eu sou conservo teu e de teus irmãos, os profetas, e dos que guardam as palavras deste livro. Adora a Deus.”*).

Esta proibição bíblica de fabricar imagens e venerá-las ou utilizá-las para adorar a entidade que representam, aplica-se até ao próprio Deus (Êxodo

32). Neste episódio da história do povo de Deus, em caminhada pelo deserto, a ideia de construir um bezerro de ouro não era a de substituir Deus, mas de criar uma representação valiosa e poderosa do mesmo. Pelo registo bíblico fica evidente que Deus condenou esta prática. Isto não só porque qualquer tipo de representação de Deus é infinitamente redutora de quem Ele é, mas também porque Ele procura aqueles que o adoram “*em espírito e em verdade*”, sem necessidade de recorrer a qualquer artifício material (João 4:23-24 - “*Mas a hora vem, e agora é, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem. Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade.*”).

Além destas advertências, é importante ainda salientar os seguintes textos bíblicos:

Salmo 115:4-9 - “*Os ídolos deles são prata e ouro, obra das mãos dos homens. Têm boca, mas não falam; olhos têm, mas não veem. Têm ouvidos, mas não ouvem; narizes têm, mas não cheiram. Têm mãos, mas não apalparam; pés têm, mas não andam; nem som algum sai da sua garganta. A eles se tornem semelhantes os que os fazem, assim como todos os que neles confiam. Israel, confia no SENHOR; ele é o seu auxílio e o seu escudo.*” – Este texto identifica

Qual é a diferença?

as fabricações humanas de imagens como sendo ídolos. O salmista afirma que estes ídolos são ineficazes e completamente incapazes de responder ou comunicar com as pessoas.

Isaías 44:9-21 - *“Todos os artífices de imagens de escultura são vaidade, e as suas coisas mais desejáveis são de nenhum préstimo; e suas próprias testemunhas, nada veem nem entendem para que sejam envergonhados. (...) Então do resto faz um deus, uma imagem de escultura; ajoelha-se diante dela, e se inclina, e roga-lhe, e diz: Livra-me, porquanto tu és o meu deus. Nada sabem, nem entendem; porque tapou os olhos para que não vejam, e os seus corações para que não entendam. E nenhum deles cai em si, e já não têm conhecimento nem entendimento para dizer: Metade queimei no fogo, e cozi pão sobre as suas brasas, assei sobre elas carne, e a comi; e faria eu do resto uma abominação? Ajoelhar-me-ei ao que saiu de uma árvore? Apascenta-se de cinza; o seu coração enganado o desviou, de maneira que já não pode livrar a sua alma, nem dizer: Porventura não há uma mentira na minha mão direita? Lembra-te destas coisas, ó Jacó, e Israel, porquanto és meu servo; eu te formei, meu servo és, ó Israel, não me esquecerei de ti.”* – Neste texto, Isaías procura mostrar que as imagens produzidas para efeitos de culto são tão vãs e

desprovidas de sentido como o restante material, retirado do mesmo pedaço de madeira.

Isaías 45:20 – O profeta Isaías é extremamente direto, neste texto, declarando que as preces de quem conduz em procissão as suas imagens, dirigem-se a um deus que não pode salvar aqueles que as fazem: *“Congregai-vos, e vinde; chegai-vos juntos, os que escapastes das nações; nada sabem os que conduzem em procissão as suas imagens de escultura, feitas de madeira, e rogam a um deus que não pode salvar.”*

I Coríntios 10:19-23 - *“Mas que digo? Que o ídolo é alguma coisa? Ou que o sacrificado ao ídolo é alguma coisa? Antes digo que as coisas que os gentios sacrificam, as sacrificam aos demônios, e não a Deus. E não quero que sejais participantes com os demônios. Não podeis beber o cálice do Senhor e o cálice dos demônios; não podeis ser participantes da mesa do Senhor e da mesa dos demônios. Ou irritaremos o Senhor? Somos nós mais fortes do que ele? Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas edificam.”* – O apóstolo Paulo refere que os sacrifícios feitos em honra dos ídolos, não são para Deus, mas sim para demônios. A forma como Paulo trata este tema é extremamente séria e leva a considerar a dimensão e intensidade da proibição imposta por Deus.

Conclusão

Mediante este trabalho de análise comparativa, esperamos não só ter respondido a algumas questões, como também ter contribuído para suscitar novas interrogações. Prosseguir este caminho de estudo e investigação poderá condicionar o rumo e a própria qualidade da nossa vivência cristã.

Conforme foi exposto, as grandes diferenças entre as doutrinas evangélica e católica devem-se, em grande medida, a um simples "e": Bíblia e tradição da igreja; adoração a Deus e a Maria, aos santos da igreja; justificação pela graça mediante a fé, e salvação pelas obras, etc. De forma resumida, podemos apontar para aquela que será, possivelmente, a maior distinção entre as posições Católica e Evangélicas, como sendo o papel que a Bíblia tem na formulação do ensino de cada uma. Enquanto que as igrejas Evangélicas procuram reconhecer a supremacia e suficiência da Bíblia para a formulação de toda a fé e prática, a doutrina Católica fundamenta-se em outras fontes e recursos, para além do registo bíblico, como foi discutido ao longo destas páginas. A partir deste ponto de divergência, derivam inúmeras e profundas

Qual é a diferença?

distinções, na medida em que o “terreno” em que a doutrina é formulada deixa de ser comum.

Conhecer e entender as diferenças entre a doutrina da igreja Católica e os ensinamentos defendidos pelas igrejas Evangélicas é um passo importante e necessário não só para a convivência salutar entre ambas as posições, mas também para o estabelecimento sólido de convicções pessoais. Conhecer bem aquilo em que se acredita e entender os seus porquês, ajuda a consubstanciar a fé e a orientar a prática.

Numa sociedade que procura estar cada vez mais informada e esclarecida, antes de tomar decisões, é importante não nos contentarmos em professar determinada fé somente porque “nascemos” na mesma e foi aquilo que os nossos pais nos ensinaram. É necessário procurar o conhecimento que nos permite decidir pessoalmente, para além de quaisquer ideias pré-concebidas. Este é o caminho para o estabelecimento de convicções pessoais e para a integração das mesmas na vida diária.

Bibliografia

Agostinho, “Sobre o Evangelho de João”, Tratado 12435, citado em White, Respostas às declarações católicas.

DULLES, Avery (1973), “Infallibility: The Terminology,” in Teaching Authority, ed. by Empire.

Bíblia Sagrada – João Ferreira de Almeida, versão corrigida e revisada Fiél - www.bibliaonline.com.br

Catecismo da Igreja Católica – 2ª Edição, Texto típico latino – Copyright 1997 – Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, Lisboa 08-12-1999.

DENZINGER, Henry (1957), “Sources of Catholic Dogma”, no. 850. Loreto Publications.

HOEKEMA, Anthony A. (1994), “Saved by Grace”. William B. Eerdmans Publishing Company. Citado em GEISLER, Norman L. and MACKENZIE, Ralph E. (1995), “Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences”. Bakerbooks.

II Concílio do Vaticano, Const. Dogm. Dei Verbum, 8: AAS 58 (1966) 821.

Minidicionário Aurélio, Editora Nova Fronteira, 1977

OTT, Ludwig (1960), “Fundamentals of Catholic Dogma”. Tan Books and Publishers.

GEISLER, Norman L. and MACKENZIE, Ralph E. (1995), “Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences”. Bakerbooks.

Wikipédia – [pt.wikipedia.org/wiki/Sacramento_\(cristianismo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sacramento_(cristianismo))